Serviços Municipalizados NAZARÉ

Concurso Público

CADERNO DE ENCARGOS

Prestação de serviços de desinfestação de blatídeos e murídeos na rede de saneamento de águas residuais domésticas do concelho da Nazaré durante os anos de 2023, 2024 e 2025

PROCEDIMENTO INTERNO N.º 2023/AGUAS-AQ/08

PÁGINA DEIXADA PROPOSITADAMENTE EM BRANCO

Parte I – Cláusulas Gerais

Cláusula 1.ª - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, concurso público, que tem por objeto a "Prestação de serviços de desinfestação de blatídeos e murídeos na rede de saneamento de águas residuais domésticas do concelho da Nazaré durante os anos de 2023, 2024 e 2025", de acordo as características e especificações técnicas constantes da Parte II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.
2. O procedimento tem o seguinte código de CPV:
   90921000-9 – Serviços de desinfeção e exterminação

Cláusula 2.ª - Preço base

1. O preço base do presente procedimento é de €29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos euros), ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que o Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Nos termos dos artigos 47º e 473º do Código dos Contratos Públicos (CCP) entende-se por preço base o valor máximo que os SMN se dispõe a pagar, incluindo todos os impostos, taxas e despesas, exceto IVA.

Cláusula 3.ª - Contrato

1. O contrato será composto pelo respetivo clausulado contratual, e respetivo(s) anexo(s).
2. O contrato a celebrar integrará ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo Adjudicante;
   b) Os esclarecimentos e as retificações que o júri do procedimento venha a prestar ou a efetuar;
   c) O presente caderno de encargos, incluindo os anexos que o integram;
   d) A proposta adjudicada, com todos os elementos que a integram;
   e) Os eventuais esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência será determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado contratual, e respetivo(s) anexo(s), prevalecerão os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual, doravante designado de CCP, e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª – Consulta preliminar

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.

2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da Cláusula 2.ª (Preço base), em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta forem classificados como confidenciais por parte do interessado

Cláusula 5.ª – Duração do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o prazo conta-se a partir da data da outorga do contrato.

Cláusula 6.ª – Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador as seguintes obrigações principais:
   a) Desinfestação de toda a rede pública de saneamento do município da Nazaré;
2. O Prestador é ainda responsável, nomeadamente, por:
   a) Cumprir as cláusulas do Contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
   b) Atuar de acordo com a legislação portuguesa e da União Europeia;
   c) Cumprir pontualmente todas as disposições regulamentares dos documentos patenteados no procedimento e demais disposições normativas não expressamente referidas, que se encontrem em vigor e que se relacionem com a execução do Contrato
   d) Respeitar, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar e não esteja em oposição com os documentos do Contrato, as normas portuguesas, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais e as instruções de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.

Cláusula 7.ª – Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso os SMN venham a ser demandados por terem infringido, na execução do contrato, qualquer um dos direitos mencionados no número anterior, fica o adjudicatário obrigado a indemnizá-lo de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 8.ª – Objeto do dever de sigilo

1. O prestador deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa aos SMN, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 (três) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 9.ª – Preço contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, os SMN devem pagar ao prestador o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 10.ª – Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelos SMN, nos termos do(s) ponto(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de **60 dias** após a receção pelos SMN, das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.
3. Em caso de discordância por parte dos SMN, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº 1, as faturas são pagas através de cheque.
5. As faturas deverão mencionar, entre outras indicações, a referência do concurso e para fornecimentos parcelares o período de faturação a que se referem.

Cláusula 11.ª - Penalidades contratuais

1. O adjudicatário está sujeito ao cumprimento das condições estabelecidas no presente Caderno de Encargos bem como às sanções aí previstas.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, os SMN podem exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
   a) Pelo incumprimento dos prazos referidos na cláusula 25º do Caderno de Encargos, serão aplicadas as seguintes sanções:
      i. No primeiro período de 10 (dez) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 1 ‰ (um por mil) do preço de 1/3 do valor anual, por cada dia de atraso;
      ii. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço de 1/3 do valor anual, por cada dia de atraso;
3. As sanções previstas no número anterior não podem exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e os SMN decidam não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Ao valor da indemnização prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do nº 2, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução do contrato.
6. Para efeitos dos limites previstos nos n.os 2 e 3, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
7. Os SMN podem compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias e indemnização devidas nos termos da presente cláusula.
8. Poderá haver lugar ainda à resolução do contrato nos termos dos artigos 333º a 335º do CCP, sem prejuízo dos SMN virem a acionar o direito de indemnização nos termos gerais.

Cláusula 12.ª – Força maior

1. Não podem ser impostas sanções ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, caso se verifiquem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa, negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.ª - Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330.º e seguintes do CCP, os SMN podem resolver o contrato, de acordo com o procedimento previsto no nº 2 da presente Cláusula, nas seguintes situações:
   a) Causa geral de resolução - Por violação de forma grave ou reiterada pelo adjudicatário de qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da Lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual;
   b) Causa especial de resolução - Pelo atraso superior a 30 (trinta) dias ou se, por escrito, o adjudicatário declarar que o atraso respetivo excederá esse prazo
2. O direito de resolução, referido no número 1 da presente cláusula, exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário, a contar da data de verificação da violação da obrigação, nos termos referidos no número anterior.

Cláusula 14.ª - Resolução por parte do cocontratante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente nos artigos 330.º e seguintes do CCP, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial.

3. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada aos SMN, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 15.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, é estipulada a competência do tribunal administrativo territorialmente competente, quanto ao concelho da Nazaré, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação e a cessão da posição contratual por parte do Cocontratante regem-se pelo disposto nos artºs 318º a 324º do CCP.

Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes contratantes, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª – Gestores do contrato

1. O gestor do contrato dos SMN do presente procedimento, foi nomeado conjuntamente com a decisão de contratar, conforme indicado na cláusula 1ª do Programa de Procedimento.
2. Os dados do gestor de contrato dos SMN são os seguintes:

   Efetivo: Tiago Carreira Pimpão – Técnico Superior do Ambiente

   Email: tiagopimpao@sm-nazare.pt

   Contacto telefónico: 262 465 118

   Suplente: Ana Filipa Teixeira da Silva – Técnica Superior do Ambiente

   Email: filipa@sm-nazare.pt

   Contacto telefónico: 262 465 118
3. Caberá ao gestor de contrato a responsabilidade de controlar a execução financeira, técnica e material do contrato.
4. O nome, e contactos do gestor de contrato do adjudicatário terão que ser indicados na altura da entrega dos documentos de habilitação, conforme alínea g) do ponto 1 da cláusula 30ª do Programa de Procedimento.

Cláusula 19.ª – Contagem dos prazos na execução dos contratos

1. À contagem de prazos na fase de execução dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo são aplicáveis as seguintes regras:

a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

2. O disposto na alínea d) do número anterior também é aplicável aos prazos que terminem em férias judiciais se o ato sujeito a prazo tiver de ser praticado em juízo.

Cláusula 20.ª - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos e demais legislação aplicável

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 21.ª – Características dos produtos a aplicar

1. Os inseticidas e raticidas a utilizar deverão assegurar a sua decomposição para que os resíduos que eventualmente atinjam as zonas ribeirinhas não afetem o ecossistema ou a cadeia alimentar das espécies aí presentes.
2. Os produtos em causa deverão estar devidamente homologados no nosso país, devendo estar autorizada a sua aplicação pela Direção Geral de Saúde.
3. Os produtos a utilizar deverão ser os mais adequados às pragas em questão e às condições ambiente existentes nos meios a aplicar

Cláusula 22.ª – Segurança dos colaboradores

1. Os colaboradores afetos aos trabalhos de aplicação deverão estar devidamente informados dos riscos ocupacionais a que estão sujeitos, quer os relacionados com a aplicação dos produtos, devendo estar equipados com os EPI´s previstos nas fichas de dados de segurança, quer os relacionados com o risco de atropelamento.
2. Os funcionários da entidade adjudicante deverão cumprir a legislação em vigor na matéria de segurança e higiene no trabalho.
3. Os colaboradores deverão envergar o colete refletor de acordo com a EN471 de classe 2, ou em alternativa outra peça de vestuário que esteja certificada com a referida norma e classe.

Cláusula 23.ª – Locais e tipos de intervenção

Os trabalhos de desinfestação de ratos e baratas serão desenvolvidos em toda a rede pública de saneamento do município da Nazaré.

Cláusula 24.ª – Requisitos gerais

1. A responsabilidade sobre as más práticas e/ou consequências dos trabalhos decorrentes da aplicação do desinfestante serão da responsabilidade do adjudicatário.
2. Os métodos a aplicar deverão basear-se numa perspetiva de intervenção preventiva, pelo que deverá ser definida, pelo proponente, uma calendarização das intervenções a efetuar nas Campanhas e Monitorizações.
3. Todas as questões inerentes à prestação do serviço serão tratadas pela Secção de Águas, sita no edifício onde se encontram os serviços administrativo dos SMN, na Nazaré.

Cláusula 25.ª – Campanhas

1. No decorrer do contrato, deverão ser efetuadas 3 (três) campanhas anuais de desratização e desbaratização da rede pública de saneamento, com a duração estimada de 20 (vinte) dias de intervenção por campanha.
2. Em cada ano contratual, a primeira campanha deverá ocorrer nos meses de fevereiro/março, de junho/julho e outubro/novembro.
3. Além das três campanhas de desinfestação referidas nos pontos anteriores, deverão ser realizadas 3 (três) ações de reforço, em abril/maio, agosto e setembro, a incidir na marginal da vila da Nazaré, como definido no mapa anexo. Este reforço consistirá na desinfestação de 250 caixas de visita da rede pública de saneamento das zonas definidas no Anexo VI.
4. Caso se verifique a existência de ratos e baratas em determinada zona que justifique uma nova intervenção, deverá a mesma ser realizada na primeira semana após a conclusão da campanha (repicagem).

Cláusula 26.ª – Monitorizações

1. Nas caixas de controlo da via pública deverão ser efetuadas verificações do nível de infestação em 30 (trinta) caixas de controlo representativas, escolhidas aleatoriamente no município de acordo entre o adjudicatário e o adjudicante, com uma periodicidade mensal, intercalares às campanhas.
2. Caso se verifique a existência de ratos e/ou baratas que justifique uma nova intervenção, deverá a mesma ser realizada nos dois dias subsequentes à contratação, na zona envolvente à caixa de controlo.

Cláusula 27.ª – Atendimento a reclamações

1. Sempre que surjam reclamações dos munícipes, da autarquia ou dos SMN sobre o aparecimento de ratos e/ou baratas nos espaços alvo deste concurso, o adjudicatário obriga-se a:
   a) Deslocar-se ao local, na sexta-feira seguinte após a receção do aviso de reclamação, para verificação e aplicação das medidas interventivas necessárias para controlar os infestantes;
   b) Mesmo que se constate que os ratos/baratas aparecem em terreno privado, a aplicação dos processos de extermínio será sempre feita nos espaços públicos contíguos;
2. O prazo referido na alínea a) será contado a partir da data do envio da reclamação por parte dos SMN, seja por fax ou correio eletrónico.

3. Sempre que existam dúvidas sobre a caraterização do espaço a intervir (se é público ou privado), a Câmara Municipal da Nazaré deverá pronunciar-se, e a sua decisão deverá ser acatada pelas partes.

Cláusula 28.ª – Fiscalização

1. A fiscalização dos trabalhos referidos neste procedimento será feito pelos SMN, os quais designarão, em tempo oportuno, quem acompanhará os técnicos da empresa adjudicatária.
2. O prestador de serviços deverá fornecer aos SMN todos os elementos necessários para a avaliação do trabalho efetuado.

Cláusula 29.ª – Relatórios

1. Serão elaborados pelo adjudicatário relatórios dos serviços de desinfestação executados. Os relatórios deverão conter a indicação exata dos locais onde foram efetuados os tratamentos, datas, tipo de tratamento, doses aplicadas, nível de infestação, e referir os casos em que a desinfestação está fora do âmbito do serviço e por essa razão o facto de não haver intervenção.
2. Os relatórios de cada campanha deverão conter elementos informativos quanto ao estado de infestação de cada rua do município
3. Os relatórios de controlo das Monitorizações deverão referir o nível de infestação verificado em cada caixa de controlo.
4. Os relatórios referentes às Reclamações deverão reportar qual o procedimento adotado, o resultado da infestação e o número do respetivo boletim de reclamação dos SMN.
5. Todos os relatórios deverão ser entregues no edifício onde se encontram os serviços administrativos dos SMN, durante as horas de expediente, ou enviados por e-mail para o endereço eletrónico geral@sm-nazare.pt, com conhecimento para tiagopimpao@sm-nazare.pt e maura@sm-nazare.pt ou outro a indicar oportunamente.
6. Os relatórios deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinto) dias úteis após a desinfestação.

Cláusula 30.ª – Anexo V

Anexo ao caderno de encargos, encontra-se a planta das zonas onde deverá ser efetuado o reforço referido na Cláusula 25.º como Anexo V.

ANEXO V – Zonas de reforço

